ESTATUTO SOCIAL DA ASSOCIAÇÃO PAULISTA DOS AMIGOS DA ARTE - APAA

Capítulo I

DA DENOMINAÇÃO, SEDE E DURAÇÃO

Art. 1º A ASSOCIAÇÃO PAULISTA DOS AMIGOS DA ARTE ("APAA" ou "Associação") é uma associação civil de natureza sociocultural privada, sem fins lucrativos, com sede e foro no município de São Paulo, estado de São Paulo, localizado na Rua Rui Barbosa, 153 – Fundos Teatro Sérgio Cardoso - CEP 01326-010, regida por este ESTATUTO SOCIAL, (doravante denominado ESTATUTO"), pela legislação civil e demais normas legais e regulamentares que lhe forem aplicáveis, em especial a Lei Estadual Complementar nº 846 de 04 de junho de 1998, e bem assim o Decreto Estadual nº 43.493, de 29 de setembro de 1998 e demais documentos relacionados.

Art. 2º A Associação poderá criar escritórios e abrir filiais para o efetivo cumprimento de seus objetivos, podendo desenvolver suas atividades nos endereços dos equipamentos públicos que sejam geridos pela Associação em razão da existência de contratos de gestão, convênios, contratos ou acordos firmados com pessoas jurídicas de direito público ou privado, nacionais ou estrangeiras.

Art. 3º A Associação vigera por prazo indeterminado.

Capítulo II

DOS PRINCÍPIOS E DO OBJETIVO DA ASSOCIAÇÃO

Art. 4º A Associação respeitará os princípios éticos e morais na consecução de seu objeto social, tais como:

- a) A observância dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e da eficiência;
- b) O zelo, o aprimoramento e a implementação de práticas de governança corporativa, visando primordialmente coibir a obtenção de benefícios ou vantagens individuais de associados, administradores, empregados e terceiros, em detrimento aos objetivos da Associação;
- c) A fiscalização e a transparência das transações financeiras e contábeis; e
- d) A indistinção quanto à etnia, ao credo religioso, à orientação sexual e à convicção política.

Art. 5º A associação tem como objeto o fomento às atividades de natureza sociocultural e educacional, precipuamente na colaboração técnica, material e financeira para o desenvolvimento de atividades educacionais e artísticas em suas diversas linguagens, expressões e segmentos, e na valorização da cultura brasileira no país, através de programas

e projetos que visem ao desenvolvimento cultural e educacional no território nacional, incluindo, porém não se limitando, a administração de casas de espetáculos, espaços que promovam a cultura e a educação e a criação de oportunidades de crescimento social dos diversos segmentos, competindo-lhe:

- a)** Realizar, patrocinar e promover eventos, exposições, cursos, conferências, seminários, debates, congressos, conclaves de tipos e natureza diversos, intercâmbio entre profissionais e entidades;
- b)** Promover o treinamento, capacitação profissional e especialização técnica e científica de recursos humanos;
- c)** Promover campanhas de mobilização e esclarecimento da opinião pública acerca dos objetivos da sociedade;
- d)** Prestar serviços de assistência técnica, acordos operacionais ou outra forma de contratação, com instituições públicas e privadas, nacionais ou internacionais, no campo das pesquisas, elaboração, avaliação e implantação de projetos, desde que condizentes com o objetivo da Associação;
- e)** Atuar junto aos poderes constituídos em âmbito federal, estadual e municipal, visando aperfeiçoar, ou propor normas legais pertinentes à área artística, cultural e educacional;
- f)** Firmar contratos, convênios, termos ou acordos com o Poder Público, em todos os níveis, ou com a iniciativa privada, para gestão e gerenciamento de equipamentos culturais, educacionais e implantação e desenvolvimento de programas de governo em áreas que envolvam a especialidade e os objetivos da Associação;
- g)** Promover, patrocinar, incentivar e apoiar a realização de feiras, mostras e exposições locais, nacionais ou internacionais, com ou sem comercialização de produtos;
- h)** Manter ou auxiliar na manutenção de jornal ou outro meio de comunicação e, se conveniente, criar outro órgão de publicidade para divulgação dos atos e fatos envolvendo a vida cultural e educacional, orientação e informação da comunidade sobre o acervo cultural decorrente de seus objetivos;
- i)** Produzir, editar, gravar e comercializar produtos sinérgicos com a atuação da entidade, tais como livros, CDs, DVDs, encartes, folders e demais materiais gráficos conexos com as entidades culturais, musicais e educacionais, com ou sem a firma social ou o logotipo da Associação, cuja renda será, necessariamente, reinvestida nas atividades da Associação;
- j)** Promover, patrocinar, produzir, incentivar e apoiar a realização de eventos culturais e educacionais de toda natureza, no âmbito nacional e internacional, com ou sem comercialização de produtos;

- k) Obter recursos para a consecução de seus objetivos junto a pessoas físicas, jurídicas, particulares e públicas, nacionais e internacionais;
- l) Gerir os recursos orçamentários e bens públicos oriundos de contrato de gestão e outros contratos e termos firmados com o poder público;
- m) Prestar serviços a terceiros, desde que para fins específicos aprovados em Assembleia e condizentes com os objetivos sociais da Associação; e
- n) Promover, no âmbito das atividades que decorrem da consecução dos objetivos da entidade, o amplo acesso para todas as pessoas e a promoção da diversidade, desenvolvendo ações, projetos e programas voltados para pessoas com deficiência, os diversos segmentos etários, gêneros e etnias; e
- o) Desenvolver atividades audiovisuais, tais como, mas não limitadas a atividades cinematográficas, produção de vídeos e programas de televisão, gravação de som e edição de música.

§ 1º Na realização de suas tarefas, a Associação poderá celebrar contratos ou convênios, firmar contratos de gestão e de cooperação, bem como praticar outros atos e negócios jurídicos com organismos e entidades nacionais e internacionais, públicas ou privadas, procurando a convergência de trabalhos com entidades afins, para o fim de evitar a duplicidade de esforços.

§ 2º A Associação, por si e por seus membros, não se envolverá em questões religiosas, político-partidárias, militares, ou em quaisquer outras que não se coadunem com seus objetivos institucionais.

§ 3º A Associação, na consecução de seus objetivos, poderá ampliar sua atuação para outros equipamentos públicos que sejam correlatos e compatíveis com seus objetivos, respeitada a aprovação prévia do Conselho de Administração.

Capítulo III

DO PATRIMÔNIO SOCIAL, DAS RECEITAS E DAS DESPESAS

Art. 6º O patrimônio da Associação é constituído por todo e qualquer ativo, tais como bens móveis e imóveis, e os assim considerados, incluindo, porém não se limitando, direitos, ações, títulos, inclusive da dívida pública, dentre outros.

Art. 7º O patrimônio, as rendas e os recursos da Associação somente poderão ser utilizados para a manutenção de seus objetivos sociais, permitida, porém, para a obtenção de outros rendimentos, a alienação ou investimentos, desde que observadas as disposições deste estatuto e da legislação aplicável.

Art. 8º O patrimônio, as rendas e os recursos financeiros da Associação serão obtidos através de:

- a) Contrato de gestão, convênios e contratos firmados com qualquer ente do poder público;
- b) Acordos e contratos firmados com pessoas jurídicas, públicas ou privadas, agências e fundos nacionais ou estrangeiros;
- c) Auxílios, contribuições, patrocínios e subvenções de entidades públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras;
- d) Doações, patrocínios, direitos, créditos, legados e heranças, de pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras;
- e) Rendimentos de aplicações de ativos financeiros e outros pertinentes ao patrimônio sob sua administração;
- f) Contribuições sociais dos associados e apoiadores, definidas pelo Conselho de Administração;
- g) Recebimento de direitos autorais;
- h) Verbas advindas de cobrança de ingressos, cessão de espaços, utilização de equipamentos administrados pela entidade e retribuições financeiras advindas de apresentações artísticas, em caso de a Associação figurar como organizadora do evento;
- i) Usufrutos que lhe forem conferidos;
- j) Rendas em seu favor constituídas por terceiros, ou decorrentes de aplicações e investimentos de seu patrimônio;
- k) Juros e rendimentos decorrentes de aplicações financeiras da Associação;
- l) Licenciamento de produtos audiovisuais, vendas de produtos e prestação de serviços compatíveis com seu objeto social;
- m) Outros, na forma e limites da lei, decorrentes de qualquer atividade exercida pela Associação que vise ao aumento de seu patrimônio, a curto, médio ou longo prazo.

Art. 9º O patrimônio social e a renda da Associação devem guardar estreita e específica relação com os princípios e com o objeto da Associação.

Parágrafo Único. A Associação não distribuirá, entre os seus diretores, associados, conselheiros, empregados, excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, bonificações, participações, ou parcelas do seu patrimônio, auferidos mediante o exercício de suas atividades, em qualquer hipótese, inclusive em razão de desligamento, retirada ou falecimento de associado ou membro da entidade, aplicando-os integralmente no desenvolvimento de suas atividades.

Capítulo IV

DOS ASSOCIADOS

Seção I - Do Quadro Social

Art. 10 A Associação é constituída por número ilimitado de associados, pessoas físicas, maiores de dezoito anos, ou pessoas jurídicas, distribuídos nas seguintes categorias:

I - Associados: pessoas físicas e jurídicas que compõem o quadro associativo na data da aprovação do presente Estatuto, assim como os que vierem a ter seu ingresso aprovado pelo Conselho de Administração;

II - Associados Beneméritos: pessoas físicas ou jurídicas que prestarem serviços relevantes à Associação e que tiverem seus nomes aprovados pelo Conselho de Administração;

III - Associados Contribuintes: são as pessoas físicas ou jurídicas aceitas a integrar o quadro associativo, pelo Conselho de Administração, e contribuem com quantia financeira por este fixada;

IV - Associados Funcionários: pessoas físicas com contrato de trabalho em vigor com a Associação, enquanto perdurar o seu contrato de trabalho, e desde que requeiram sua admissão e sejam aprovados pelo Conselho de Administração.

§ 1º A admissão de associados nas categorias I, II e III, acima mencionadas, dar-se-á mediante indicação de qualquer associado, mediante aprovação de maioria simples dos membros do Conselho de Administração.

§ 2º A não admissão de novos associados deve ser expressa em decisão motivada.

Seção II - Dos Direitos e Deveres dos Associados

Art. 11 São direitos dos associados que estiverem em dia com todas as suas obrigações sociais:

- a) Votar e ser votado para os cargos eletivos;
- b) Comparecer e votar nas Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias;
- c) apresentar matérias para discussão em Assembleias;
- d) Indicar novos associados, os quais deverão ser aprovados pelo Conselho de Administração, nos termos deste estatuto;
- e) Contribuir financeiramente para a Associação;
- f) Solicitar seu desligamento e sua renúncia à condição de associado por escrito à Diretoria, com aviso prévio de no mínimo de 05 (cinco) dias, justificando a sua decisão,

exceto no caso de Associados Funcionários, que terão seu desligamento da Associação concomitante ao rompimento de seu contrato de trabalho; e

g) Manifestar-se sobre as atividades da Associação.

Parágrafo Único. Caberá ao Presidente da Assembleia Geral verificar se os associados presentes à Assembleia estão em dia com suas obrigações sociais.

Art. 12 São deveres de todos os associados:

- a) Cumprir as disposições estatutárias e regimentais;
- b) Respeitar e cumprir as deliberações da Assembleia, do Conselho de Administração e da Diretoria;
- c) Cooperar para que a Associação atinja seus objetivos;
- d) Promover os objetivos da Associação com seus maiores esforços;
- e) Zelar pelo nome e imagem da Associação e obedecer a seus princípios, através de atitudes condizentes com os seus objetivos e que não desprestigiem a sua boa reputação;
- f) Pagar pontualmente as mensalidades ou anuidades, nos termos estabelecidos pelo Conselho de Administração;
- g) Não utilizar o nome da Associação para fins estranhos às suas finalidades;
- h) Informar os órgãos diretivos de qualquer anormalidade ou irregularidade de que tenham conhecimento, que possam prejudicar a Associação;
- i) Submeter-se aos princípios e alicerces do Programa de Integridade da Amigos da Arte.

Parágrafo Único. É dever, ainda, de todos os associados, informar à Associação, por escrito, acerca de todas as alterações em seus dados cadastrais. Para todos os efeitos deste estatuto, inclusive para o exercício do direito de votar, serão considerados os dados constantes nos arquivos da Associação até a data de convocação da Assembleia Geral.

Art. 13 Os associados, diretores ou conselheiros não responderão, solidária ou subsidiariamente, pelas obrigações contraídas pela Associação, desde que realizadas nos termos do presente estatuto e da legislação aplicável.

Seção III - Das Penalidades

Art. 14 Os associados que deixarem de cumprir o disposto no artigo 12 deste Estatuto e as normas internas da Associação, bem como a legislação brasileira pertinente, estarão sujeitos às seguintes penalidades:

- a) Advertência verbal ou escrita;
- b) Multa;
- c) Suspensão temporária de seus direitos políticos; ou
- d) Exclusão.

§ 1º Será sempre assegurado o exercício do direito de defesa para o associado envolvido em procedimento administrativo de punição, e recurso ao associado advertido, suspenso ou excluído.

§ 2º Ao associado a ser advertido, multado, suspenso ou excluído será dada ciência da justa causa que lhe é imputada, com antecedência mínima de 10 (dez) dias contados da Assembleia Geral destinada a deliberar sobre a penalidade a ser aplicada, para a qual será convocado e lhe será dado o direito de usar a palavra para o exercício de seu direito de defesa, pelo prazo máximo de 30 (trinta) minutos, com a devida possibilidade de apresentação de documentos de defesa, mas não lhe será dado o direito de voto para deliberar acerca da própria advertência, multa, suspensão ou exclusão.

Art. 15 Será facultado ao associado advertido, multado, suspenso ou excluído apresentar recurso, por escrito, endereçado à Assembleia Geral, no prazo de 10 (dez) dias a contar do recebimento da notificação da decisão, sujeito a parecer do Conselho de Administração e novo julgamento da Assembleia Geral, que poderá reformar a primeira decisão, mediante maioria qualificada de 75% (setenta e cinco por cento) dos Associados presentes.

Art. 16 As penalidades serão aplicadas de acordo com a gravidade dos atos praticados pelo associado, consoante decidido em Assembleia Geral.

Art. 17 A advertência, suspensão ou exclusão de qualquer associado poderá ser proposta pela Diretoria, Conselho de Administração, ou qualquer associado adimplente com suas obrigações; e deliberada pela Assembleia Geral.

§ 1º Uma vez advertido, suspenso ou excluído, qualquer que seja o motivo, não terá o associado o direito de pleitear indenização, ou compensação de qualquer natureza, seja a que título for.

§ 2º As penalidades aplicadas serão anotadas no cadastro que o associado mantém na Associação.

§ 3º A reincidência por qualquer associado que já tenha sofrido qualquer punição, nos termos do presente estatuto, será considerada agravante para os fins de aplicação da penalidade.

§ 4º O associado excluído poderá solicitar o seu retorno ao quadro de associados após 05 (cinco) anos consecutivos de afastamento.

Capítulo V

DOS ÓRGÃOS DA ASSOCIAÇÃO

Art. 18 São órgãos da Associação:

- a) Assembleia Geral;
- b) Conselho de Administração;
- c) Diretoria; e
- d) Conselho Fiscal.

Seção I - Da Assembleia Geral

Art. 19 A Assembleia Geral será constituída por todos os associados em pleno gozo de seus direitos associativos, competindo-lhe:

- a) Eleger até 55% (cinquenta e cinco por cento) dos membros do Conselho de Administração de acordo com os critérios constantes deste Estatuto;
- b) Eleger os membros do Conselho Fiscal;
- c) Destituir os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal;
- d) Deliberar e alterar o Estatuto da Associação;
- e) Nomear eventual liquidante;
- f) Deliberar sobre a aplicação de penalidades aos associados;
- g) Estabelecer os critérios para eleição de administradores;
- h) Deliberar sobre as matérias apresentadas em assembleia geral;
- i) Deliberar sobre qualquer outra matéria ou assunto de interesse da Associação; e
- j) Deliberar acerca dos casos omissos ou não previstos na lei ou neste Estatuto.

Art. 20 A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, 1 (uma) vez ao ano, até o dia 30 de abril e, extraordinariamente, sempre que necessário para deliberar matérias de sua competência.

Art. 21 A Assembleia Geral será convocada pelo Presidente do Conselho de Administração, ou por 1/5 dos associados, em dia com suas obrigações associativas.

§ 1º A convocação será feita mediante edital a ser afixado na sede da Associação e em seu sítio eletrônico (www.amigosdaarte.org.br), sendo facultativo o envio de circular escrita a cada

associado no endereço eletrônico ou físico por eles fornecido à Associação, com antecedência mínima de 05 (cinco) dias.

§ 2º A convocação prevista no parágrafo acima poderá ser dispensada na hipótese de se encontrarem presentes na Assembleia Geral a totalidade dos associados.

Art. 22 As Assembleias Gerais instalar-se-ão em primeira convocação com a presença de, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) dos associados e, em segunda convocação, após 30 (trinta) minutos, com qualquer número de associados presentes.

Art. 23 As Assembleias Gerais serão presididas pelo Presidente do Conselho de Administração e, na sua falta ou impedimento, pelo Vice-Presidente do Conselho de Administração.

§ 1º O presidente da Assembleia Geral nomeará, dentre os presentes, um secretário responsável pelo expediente e pela redação da ata da Assembleia.

§ 2º Na ausência do Presidente do Conselho de Administração e do Vice-presidente do Conselho de Administração, a Assembleia Geral elegerá o seu presidente dentre os associados presentes.

Art. 24 Como regra geral, as deliberações da Assembleia Geral serão tomadas pela maioria simples de votos dos associados presentes.

§ 1º Cada associado, pessoa física ou jurídica, terá direito a 01 (um) voto.

§ 2º Em caso de empate nas deliberações da Assembleia Geral, caberá o voto de desempate ao presidente da Assembleia.

Art. 25 Para a alteração do Estatuto da Associação, faz-se necessária a concordância de 2/3 (dois terços) dos associados presentes à Assembleia Geral, sendo que nada poderá ser deliberado em primeira convocação se não houver maioria absoluta dos associados presentes.

Parágrafo único. As deliberações referentes à alteração do Estatuto e da Associação deverão ser tomadas em assembleia especialmente convocada para esse fim.

Art. 26. O voto dos associados é pessoal e indelegável.

Seção II - Do Conselho de Administração

Art. 27 O Conselho de Administração é o órgão de deliberação superior e será composto por no mínimo 09 (nove) membros, eleitos e destituíveis de acordo com os mandamentos deste Estatuto. Os membros serão escolhidos de acordo com os parâmetros legais e estatutários, desde que suas posturas sejam compatíveis com as finalidades da Associação e que gozem de reconhecimento pelo desempenho de atividades relacionadas aos objetivos da Associação.

§ 1º O mandato dos membros do Conselho de Administração será de 04 (quatro) anos, sendo permitida uma única reeleição, devendo o Presidente e o Vice-presidente ser eleitos pelos membros deste Conselho.

§ 2º O primeiro mandato de metade dos membros eleitos ou indicados pela Assembleia Geral e pelo Conselho de Administração deverá ser de 02 (dois) anos, sendo que suas eventuais reeleições serão de 04 (quatro) anos.

§ 3º Os conselheiros indicados ao Cargo de Diretor(a) deverão renunciar ao mandato, sendo vedado o exercício cumulado das duas funções.

Art. 28 O Conselho de Administração terá a seguinte composição:

I - até 55% (cinquenta e cinco por cento) dos membros eleitos em Assembleia Geral;

II - 35% (trinta e cinco por cento) dos membros eleitos pelos demais integrantes do Conselho de Administração, dentre pessoas de notória capacidade profissional e reconhecida idoneidade moral; e

III - 10% (dez por cento) dos membros eleitos pelos empregados da Associação.

§ 1º A eleição do(a) representante dos empregados da Associação será convocada por qualquer membro já eleito do Conselho de Administração e a convocação deverá ser enviada, por meio físico ou eletrônico, a todos os empregados.

§ 2º A reunião dos empregados associados será instalada, em primeira convocação, com 50% dos empregados, e, em segunda, trinta minutos depois, com qualquer número de empregados presentes.

§ 3º A eleição do representante dos empregados no Conselho de Administração será feita pela maioria simples dos empregados presentes à reunião.

Art. 29 Compete, privativamente, ao Conselho de Administração:

- a) Aprovar a proposta de contrato de gestão a ser assinado pela Associação;
- b) Aprovar a proposta de orçamento anual da Associação e o programa de investimentos;
- c) Designar e dispensar os membros da Diretoria;
- d) Fixar a remuneração dos membros da Diretoria;
- e) Propor alterações no Estatuto da Associação, por maioria de, no mínimo 2/3 (dois terços) de seus membros, encaminhando tais propostas, à Assembleia Geral para deliberação;

- f) Aprovar o regimento interno da Associação que deve dispor, no mínimo, sobre a estrutura, o gerenciamento, os cargos e as competências;
- g) Aprovar por maioria de, no mínimo, 2/3 (dois terços) de seus membros, o regulamento próprio contendo os procedimentos a serem adotados para a contratação de obras e serviços, bem como para compras e alienações;
- h) Aprovar por maioria de, no mínimo, 2/3 (dois terços) de seus membros, o plano de cargos, salários e benefícios dos empregados da Associação;
- i) Aprovar e encaminhar ao órgão supervisor da execução do contrato de gestão, os relatórios gerenciais e de atividades da entidade, elaborados pela Diretoria;
- j) Fiscalizar o cumprimento das diretrizes e metas definidas e aprovar os demonstrativos financeiros e contábeis e as contas anuais da Associação, com o auxílio do Conselho Fiscal e de auditoria externa;
- k) Fixar a orientação geral das ações sociais de crescimento e expansão da Associação;
- l) Definir funções, atribuições e limites de alçada dos Diretores, desde que não especificados neste estatuto, em função das respectivas áreas de atuação atribuídas a cada um dos Diretores;
- m) Apreciar os resultados das operações da Associação;
- n) Contratar auditor externo independente, convocando-os para prestar os esclarecimentos que entender necessários;
- o) Aprovar as demonstrações financeiras, o relatório dos auditores independentes e a proposta de destinação de receitas excedentes no exercício anterior;
- p) Aprovar:
 - i) a proposta de orçamento anual da Associação;
 - ii) os planos anuais de ações e programas da Associação;
 - iii) os projetos de expansão e os programas de investimento da Associação, bem como acompanhar sua execução;
- q) Autorizar a Associação a prestar garantias a obrigações próprias ou de terceiros;
- r) Aprovar toda e qualquer aquisição, ou alienação de bens não prevista no orçamento anual;
- s) Aprovar a criação de ônus reais sobre os bens da Associação, ou a outorga de garantias a terceiros por obrigações da própria Associação, não previstas no orçamento anual;

- t) Aprovar, por maioria de 2/3 (dois terços) de seus membros, a extinção da Associação;
- u) Aprovar plano para a instalação ou o encerramento de qualquer outro estabelecimento da Associação;
- v) Deliberar e ratificar, quando o caso, a proposta de programação anual da Associação, elaborada pela Diretoria;
- w) Deliberar sobre os requerimentos para admissão de novos associados; e
- x) Fixar o âmbito de atuação da entidade, para consecução do seu objeto .

Art. 30 Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente, no mínimo 03 (três) vezes a cada ano e, extraordinariamente, quantas vezes forem necessárias, conforme assim requerido por seu Presidente, ou por qualquer um de seus membros ou diretores.

§ 1º Compete ao Presidente convocar e presidir as reuniões do Conselho de Administração, bem como indicar, dentre os presentes, alguém para secretariar os trabalhos.

§ 2º Fica garantida a possibilidade de convocação do Conselho de Administração por 1/5 dos associados em dia com suas obrigações associativas.

§ 3º Na ausência do Presidente, as reuniões do Conselho de Administração serão presididas e conduzidas pelo Vice-Presidente.

§ 4º Em caso de vacância do cargo de Presidente, por morte, incapacidade, renúncia ou afastamento definitivo, o Conselho de Administração será convocado imediatamente para eleição de novo Presidente, cujo mandato terá o prazo complementar ao do vacante.

Art. 31 As reuniões do Conselho de Administração instalar-se-ão em primeira convocação com a presença de, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) de seus membros e, em segunda convocação, após 30 (trinta) minutos, com qualquer número de conselheiros presentes.

§ 1º As convocações para as reuniões serão feitas por escrito, com antecedência mínima de 05 (cinco) dias, por meio de carta, telegrama, e-mail, fax ou qualquer outra forma escrita que permita a comprovação do recebimento da convocação pelo destinatário.

§ 2º Os membros do Conselho de Administração poderão participar remotamente das reuniões do Conselho, por áudio ou videoconferência, desde que em tempo real, devendo o seu voto constar em ata.

§ 3º Os membros eleitos ou indicados para compor o Conselho de Administração não poderão ser parentes consanguíneos ou afins até o 3º (terceiro) grau do Governador, Vice-Governador e Secretários do Estado.

§ 4º Os conselheiros deverão providenciar declarações de que não possuem cargo ou função de confiança na Secretaria de Cultura, Economia e Indústria Criativas do Estado de São

Paulo, conforme disposição constante no artigo 4º do Decreto Estadual nº 43.493/98, com a nova redação dada pelo Decreto Estadual nº 50.611/06.

§ 5º Participarão das reuniões do Conselho de Administração, os Diretores da Associação, dentre eles o dirigente máximo, este entendido como o(a) Diretor(a) Geral, porém sem direito de voto.

Art. 32 É vedada a remuneração de qualquer membro do Conselho de Administração, ressalvada a ajuda de custo por reuniões das quais participarem.

Parágrafo Único. Os conselheiros não poderão exercer outra atividade remunerada na Associação, com ou sem vínculo empregatício, ressalvado o(a) empregado(a) eleito(a) como representante de seus pares no Conselho.

Seção III - Da Diretoria

Art. 33 A Diretoria da Associação é órgão colegiado, constituído por profissionais qualificados, contratados no mercado, designados e dispensados pelo Conselho de Administração, e terá a seguinte composição:

I - Diretor(a) Geral;

II - Diretor(a) Administrativo Financeiro;

III - Diretor(a) de Arte e Cultura; e

IV - Diretor(a) de Desenvolvimento Institucional.

§ 1º Caberá à Diretoria cumprir e fazer cumprir o Estatuto, o Regimento Interno e promover os objetivos institucionais, segundo as diretrizes e planos aprovados pelo Conselho de Administração.

§ 2º O mandato dos diretores será de 04 (quatro) anos, sendo permitidas reconduções.

§ 3º Cada diretor(a) responderá individualmente pelos seus atos.

§ 4º Em caso de vacância de um dos cargos, por morte, incapacidade, renúncia ou afastamento definitivo, o Conselho de Administração será convocado imediatamente para indicação de novo(a) diretor(a), cujo mandato terá o prazo complementar ao do vacante.

§ 5º Caso a vacância seja do cargo de Diretor(a) de Arte e Cultura, de Diretor(a) Administrativo Financeiro ou de Diretor(a) de Desenvolvimento Institucional, até a regular designação de novo membro, as competências do mencionado cargo serão exercidas provisoriamente pelo(a) Diretor(a) Geral e, caso a vacância seja do cargo de Diretor(a) Geral, até a regular eleição de novo membro, as competências do mencionado cargo serão exercidas provisoriamente pelos demais diretores, sempre em conjunto.

§ 6º Os diretores da Associação não poderão exercer, cumulativamente, outra atividade remunerada no âmbito da Associação.

§ 7º Fica facultada a possibilidade de se instituir remuneração para os diretores da entidade e para aqueles que a ela prestem serviços específicos, na forma da lei e respeitados os valores praticados pelo mercado, mediante aprovação do Conselho de Administração.

Art. 34 Compete ao(à) Diretor(a) Geral:

- a) Supervisionar e orientar, do modo mais adequado, sempre protegendo e respeitando os objetivos sociais da Associação, todas as atividades e relacionamentos mantidos pela APAA, internos e externos, e bem assim as atividades das demais diretorias;
- b) Responsabilizar-se pelos conteúdos programáticos institucionais, orientando a formulação de metas que contemplem a missão e a visão da instituição;
- c) Elaborar a programação de projetos e ações culturais das instituições e programas administrados pela Associação, coordenando todas as atividades da área técnica e artística;
- d) Liderar o planejamento estratégico da Associação;
- e) Coordenar a execução do plano anual de atividades da parte relativa à sua competência;
- f) Participar das reuniões do Conselho de Administração, sem direito a voto;
- g) Atuar como representante institucional junto à imprensa, instituições culturais e artistas;
- h) Nomear procuradores, os quais sempre deverão praticar atos em conjunto com um diretor estatutário, com poderes específicos e prazo de duração determinado, de no máximo até um 01 (um) ano;
- i) Nomear procuradores com poderes ad judicium, os quais poderão ter procuração por prazo indeterminado para representar a Associação;
- j) Elaborar o plano anual de atividades da Associação e respectivo orçamento;
- k) Elaborar e apresentar ao Conselho de Administração o relatório anual da Associação;
- l) Representar a Associação, na forma deste ESTATUTO, ativa ou passivamente, em juízo ou fora dele, perante terceiros, incluídas repartições, ou autoridades da administração pública direta ou indireta, de âmbito federal, estadual ou municipal, autarquias, sociedades de economia mista e empresas públicas, bem como instituições financeiras.

Art. 35 Compete ao(à) Diretor(a) Administrativo Financeiro:

- a) Gerir as atividades de planejamento e execução financeira e todos os procedimentos necessários a atender às normas contábeis, fiscais e trabalhistas;
- b) Gerir todas as atividades relativas à administração de recursos humanos, gerenciar o quadro de pessoal, elaborar o plano de cargos e salários e submetê-lo ao Conselho de Administração;
- c) Elaborar e apresentar as Demonstrações Financeiras e as contas da administração, relativas a todas as atividades da Associação, desenvolvidas no período, ou sempre que solicitado pelo Conselho de Administração, ou Conselho Fiscal;
- d) Coordenar a execução do plano anual de atividades da parte relativa à sua competência;
- e) Zelar pela manutenção dos edifícios e infraestrutura dos equipamentos públicos cuja gestão cabe à Associação e supervisionar o controle de patrimônio e suprimentos conforme políticas e critérios aprovados pela instituição;
- f) Participar das reuniões do Conselho de Administração, quando convocado, sem direito a voto;
- g) Responder às orientações estabelecidas pelo(a) Diretor(a) Geral.

Art. 36 Compete ao(à) Diretor(a) de Arte e Cultura:

- a) Coordenar a execução do plano anual de atividades da parte relativa à sua competência;
- b) Responder pela gestão de conteúdo das ações culturais, mediante definição de programação e público, realização de articulação, desenho da ação e forma de execução;
- c) Montar e escolher a grade de programação das atividades da Associação juntamente com os Curadores;
- d) Responder pela produção executiva, dimensionamento de projetos e orçamentos, "gestão da compra de serviços e locações solicitados pelas equipes de produção, manter contato com fornecedores para atividades artística e de infraestrutura;
- e) Responder pela programação cultural da Associação, manter contato com a classe artística, realizar a definição de conteúdo e assegurar a intermediação administrativa de produtos artísticos;
- f) Atuar no planejamento estratégico da Associação, mediante a definição de datas, locais e elenco para os eventos, além de orientar a gestão da equipe de fornecedores, tais como artistas e produtores;

- g) Responder pelos equipamentos culturais, por meio de gestão de equipes internas e terceirizados, assegurar a devida e correta manutenção de referidos equipamentos culturais;
- h) Coordenar e controlar o orçamento da área;
- i) Dirigir as equipes de trabalho, mediante definição de prioridades, atribuições e responsabilidades, visando à produtividade, qualidade, atingimento dos resultados, integração e sinergia das equipes;
- j) Participar das reuniões do Conselho de Administração, quando convocado, sem direito a voto;
- k) Responder às orientações estabelecidas pelo(a) Diretor(a) Geral.

Art. 37 Compete ao(à) Diretor(a) de Desenvolvimento Institucional:

- a) Coordenar a execução do plano anual de atividades da parte relativa à sua competência;
- b) Atuar na definição e monitoramento de indicadores de resultados finalísticos da instituição, de forma a subsidiar a execução do plano anual de atividades;
- c) Definir e executar as ações de comunicação externa e interna;
- d) Atuar no planejamento e execução de estratégias de seleção de parcerias e atividades culturais mediante chamadas públicas;
- e) Atuar na definição e acompanhamento da estratégia de captação de recursos e projetos de relacionamento com patrocinadores, doadores, apoiadores e parceiros institucionais ligados às estratégias de financiamento e comunicação da instituição;
- f) Dirigir as equipes de trabalho mediante definição de prioridades, atribuições e responsabilidades, visando à produtividade, qualidade, atingimento dos resultados, integração e sinergia das equipes;
- g) Coordenar e controlar o orçamento pertinente à área;
- h) Assegurar a intermediação administrativa dos produtos e projetos sob direção da área;
- i) Participar das reuniões do Conselho de Administração, quando convocado, sem direito a voto;
- j) Responder às orientações estabelecidas pelo (a) Diretor(a) Geral.

Art. 38 Compete ao(à) Diretor(a) Geral, sempre em conjunto com mais um diretor estatutário, assinar todos os contratos, cheques e documentos que impliquem a assunção de compromissos financeiros pela Associação.

§ 1º Caso o(a) Diretor(a) Geral não possa firmar documentos que gerem compromissos financeiros para a Associação, estes poderão ser firmados, conjuntamente, por outros dois diretores, devendo, referidas operações ser informadas ao(à) Diretor(a) Geral imediatamente.

§ 2º O(A) Diretor(a) Geral, sempre em conjunto com mais um diretor estatutário, poderá nomear procuradores para a prática de atos perante a Receita Federal do Brasil, Receita Previdenciária - INSS e Prefeitura Municipal de São Paulo, para fins de inscrição/atualização dos cadastros perante as referidas Repartições Públicas, os quais poderão praticar todos os atos necessários e permitidos em lei de forma isolada, cujos instrumentos de mandato serão outorgados com poderes específicos e com prazo de duração determinado de no máximo um 01 (um) ano, excetuados os poderes de receber e dar quitação.

Seção IV - Do Conselho Fiscal

Art. 39 O Conselho Fiscal será constituído por até 03 (três) membros, eleitos pelo Conselho de Administração, entre pessoas de reconhecida capacidade técnica.

§ 1º O mandato dos membros do Conselho Fiscal será de até 04 (quatro) anos, podendo ser reconduzidos.

§ 2º Em caso de vacância, o Conselho de Administração nomeará novo membro no prazo de 90 dias.

§ 3º O Conselho Fiscal reunir-se-á ordinariamente e quadrimestralmente para análise das contas do exercício, e extraordinariamente, sempre que se fizer necessário e for assim requerido por qualquer um de seus membros, pelo(a) Diretor(a) Geral, ou pelo Presidente do Conselho de Administração.

§ 4º Os trabalhos do Conselho Fiscal serão secretariados por um de seus membros, escolhido pelos demais.

§ 5º As convocações para as reuniões serão feitas por escrito com antecedência mínima de 03 (três) dias por meio de carta, telegrama, e-mail, fax ou qualquer outra forma escrita que permita a comprovação do recebimento da convocação pelo destinatário.

§ 6º É vedada a remuneração de qualquer membro, efetivo ou suplente, do Conselho Fiscal.

§ 7º Somente poderão integrar o Conselho Fiscal, aqueles que tiverem experiência e conhecimento em finanças, contabilidade e auditoria fiscal, e não integrarem a Diretoria.

Art. 40 Compete ao Conselho Fiscal:

- a) No primeiro quadrimestre de cada ano, reunir-se para analisar movimentação financeira e balanço geral do ano anterior, expedindo parecer;
- b) Examinar os livros de escrituração da Associação;

- c) Opinar sobre e aprovar os balanços e relatórios de desempenho financeiro e contábil e das operações patrimoniais realizadas, emitindo pareceres para os organismos superiores da Associação, no prazo para tanto definidos;
- d) Requisitar à Diretoria, a qualquer tempo, documentação comprobatória das operações econômico-financeiras realizadas pela Associação;
- e) Acompanhar o trabalho de auditores externos; e
- f) Convocar extraordinariamente a Assembleia Geral.

Capítulo VI

DO EXERCÍCIO SOCIAL E DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

Art. 41 O Exercício Social terá início em 1º de janeiro de cada ano e encerrar-se-á em 31 de dezembro, quando serão levantadas as demonstrações financeiras exigidas por lei, que deverão ser submetidas à apreciação do Conselho de Administração.

Art. 42 A prestação de contas da Associação observará:

- I - Os princípios fundamentais de contabilidade e as Normas Brasileiras de Contabilidade;
- II - A publicação anual no Diário Oficial do Estado de São Paulo e, caso a Associação venha firmar Contrato de Gestão Municipal, também no Diário Oficial do Município Contratante, quando do encerramento do exercício fiscal, do relatório de atividades e das demonstrações financeiras da Associação, bem como os relatórios de execução dos contratos de gestão com os respectivos entes; e
- III - A realização de auditoria por auditores externos.

Capítulo VII

DA DISSOLUÇÃO DA ASSOCIAÇÃO

Art. 43 Em caso de dissolução ou desqualificação da Associação, nos termos da legislação específica, seu patrimônio líquido, dos legados ou das doações que lhe foram destinados, bem como dos excedentes financeiros decorrentes de suas atividades, deverão ser destinados a outra organização social qualificada no âmbito do ente contratante, da mesma área de atuação, ou ao patrimônio do ente contratante, na proporção dos recursos e bens por estes alocados, nos termos dos respectivos Contratos de Gestão.

Art. 44 Os casos omissos serão decididos, com base na legislação pátria pertinente à matéria e pela Assembleia Geral da Associação.

Art. 45 Será publicado na imprensa e no Diário Oficial do Estado de São Paulo, no prazo máximo de 90 (noventa) dias contados da assinatura do contrato de gestão, regulamento próprio contendo os procedimentos que adotará para a contratação de obras e serviços, bem

como para compras com emprego de recursos provenientes do Poder Público, conforme disposição da Lei Complementar nº 846, e haverá, ainda, publicação anual dos relatórios financeiros e do relatório de execução do contrato de gestão.

São Paulo, 23 de junho de 2025.